



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 35564.002760/2006-54
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 2803-004.099 – 3ª Turma Especial
Sessão de 12 de fevereiro de 2015
Matéria SALÁRIO INDIRETO: ASSISTÊNCIA MÉDICA. CESSÃO DE MÃO DE OBRA: RETENÇÃO. EMPRESAS EM GERAL.
Recorrente RISEL COM. PROD. DERIV. DE PETRÓLEO LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/1996 a 31/01/2006

DECADÊNCIA.

O Supremo Tribunal Federal, por intermédio da Súmula Vinculante nº 8, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicada a regra do Código Tributário Nacional.

O lançamento fiscal encontra-se parcialmente decadente.

FOLHA DE PAGAMENTO. SEGURADO EMPREGADO E CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.

São devidas contribuições sociais sobre as remunerações pagas aos segurados empregados e contribuintes individuais, discriminadas nas folhas de pagamento.

ACRÉSCIMO LEGAL.

É devido acréscimo legal quando comprovado recolhimento após prazo regulamentar.

Recurso Voluntário Provido em Parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator, para declarar a decadência do lançamento fiscal até a competência 04/2001, inclusive., pela regra do art. 150, § 4º do CTN.

(Assinado digitalmente)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 13/02/2015 por HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA, Assinado digitalmente em 13/

02/2015 por HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA

Impresso em 13/02/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Processo nº 35564.002760/2006-54
Acórdão n.º **2803-004.099**

S2-TE03
Fl. 2.825

Helton Carlos Praia de Lima – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros Helton Carlos Praia de Lima, Oseas Coimbra Júnior, Gustavo Vettorato, Eduardo de Oliveira, Amilcar Barca Teixeira Junior e Ricardo Magaldi Messetti.

Relatório

DO LANÇAMENTO

A presente Notificação Fiscal de Lançamento de Débito lavrada em 10/05/2006, foi cientificada ao sujeito passivo em 26/05/2006 e refere-se às contribuições incidentes sobre valores pagos aos segurados empregados e contribuintes individuais, apurados através das folhas de pagamento e da contabilidade da empresa, como assistência médica descaracterização de trabalhador autônomo; de valores relativos à retenção de 11% incidente sobre notas fiscais de prestação de serviço com cessão de mão de obra e de valores referentes à responsabilidade solidária no percentual de 40%, incidente sobre faturas de prestação de serviço até 01/1999. O crédito abrange o período de 01/1996 a 12/2006.

Após a impugnação foram efetuadas quatro diligências na notificada e elaborado Relatório Suplementar, com reabertura dos cabíveis prazos de manifestação e defesa.

Acórdão de fls. 2704/2734, julgou o lançamento procedente em parte, exonerando do crédito lançado parcialmente, e recorrendo de ofício da decisão em razão do crédito indevido ser superior ao limite de alçada previsto no inciso I do art. 1º da Portaria nº 158, de 11.04.2007.

O contribuinte não foi cientificado da decisão exarada, tampouco lhe foi concedido prazo para apresentação de recurso voluntário.

O Acórdão nº 2302002.557 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária do CARF, de 20/06/2013, fls. 2767/2770, não conheceu do Recurso de Ofício porque o crédito exonerado não atingiu o limite de alçada.

DO RECURSO VOLUNTÁRIO

O contribuinte foi cientificado da decisão, apresentando recurso voluntário, alegando em síntese:

- a decadência do período anteriores a 06/2001, nos termos do §4º, do art. 150, do CTN;

- Páginas 01 a 12 do DADR - FOLHAS 2.604 A 2.615 AU - AUTÔNOMOS ANTES DA GFIP AU1 - AUTÔNOMOS APÓS GFIP NÃO DEC: o lançamento não se subsiste, vez que não possui elementos suficientes para se identificar quais pagamentos ou lançamentos contábeis que serviram de base de cálculo para fins de tributação dos autônomos relacionados, cerceando o direito à defesa. Juntou todas as guias de recolhimentos referentes a contribuições de autônomos, mas foram desconsideradas;

- Página 12 do DADR - FOLHA 2.615 DAL - DIFERENÇA DE ACRÉSCIMOS LEGAIS: as guias de recolhimentos das competências que foram quitadas no prazo regulamentar;

- Páginas 13 a 32 do DADR - FOLHAS 2.616 A 2.635 FP - FOLHA DE PAGAMENTO ANTES DA GFIP FP1 - FOLHA DE PAGAMENTO APÓS GFIP: não comprovou a fiscalização o valor a ser tributado, que não foi objeto de inclusão na folha de pagamento, impossibilitando a defesa por parte da Recorrente. Não foi sequer analisado o argumento segundo o qual a Recorrente, nos termos da ação Ordinária - Autos nº 1999.61.00.019714-0, por meio de antecipação de tutela, compensou os valores pagos a título de Salário-Educação, até a competência de dezembro de 1996, mas que foram integralmente pagos em 07.2004, conforme guias anexas. Porém, tal discussão perdeu o objeto com a Súmula Vinculante nº 8. Com base nos resumos das folhas de pagamento e guias efetivamente recolhidas, que se referem às demais competências apontadas pela fiscalização, devem ser acatadas para fins de anulação da cobrança em tela;

- Páginas 32 a 43 do DADR - FOLHAS 2.635 A 2.646 LC - COMISSÃO NO LD ANTES DA GFIP LC1 - COMISSÃO APÓS GFIP NÃO DEC: os valores relacionados decorrem de pagamentos efetuados a representantes comerciais, pessoas físicas. Todo o período foi alcançado pela decadência, nos termos do §4º, do art. 150, do CTN;

- Páginas 43 a 60 do DADR - FOLHAS 2.646 A 2.663 ME - ASSIST. MÉDICA ANTES DA GFIP ME1 - ASSIST. MÉDICA APÓS GFIP: tratam-se de despesas médicas, cujo plano de saúde é destinados a todos os empregados não podendo, portanto, serem consideradas como base de cálculo das contribuições previdenciárias, nos termos do Artigo 28, parágrafo 9º, letra "q";

- Páginas 61 a 67 do DADR - FOLHAS 2.664 A 2.670 RT1 - RETENÇÃO SOBRE VENDAS: os valores relacionados correspondem às notas fiscais de prestação de serviços emitidas pelas sociedades de representantes comerciais, pessoas jurídicas, a título de comissão sobre vendas realizadas. Por não figurar na relação exaustiva de serviços constante da Legislação Previdenciária, também não se enquadra nas definições de cessão de mão e obra ou empreitada, não está sujeito à retenção dos 11% à Previdência Social;

- Páginas 67 a 76 do DADR - FOLHAS 2.670 A 2.679 RT2 - RETENÇÃO SOBRE DIVERSOS: o Acórdão atacado também mantém como hipótese de retenção valores sob a nomenclatura "diversos", impossibilitando a defesa 06.2001 a 12.2004. Houve cerceamento de defesa;

- Páginas 76 a 85 do DADR - FOLHAS 2.679 A 2.688 RT3 - RETENÇÃO SOBRE TEMPORÁRIOS: correspondem às notas fiscais emitidas por agências de trabalho temporário no período compreendido entre 02.1999 e 12.2004. Estão sujeitos à retenção e, por isso, efetuou todas as retenções e os respectivos recolhimentos, conforme se verifica nos documentos juntados nos autos;

- Páginas 85 a 93 do DADR - FOLHAS 2.688 A 2.696 RT4 - RETENÇÃO SOBRE AUDIT E CONTAB: por não figurar na relação exaustiva de serviços constante da Legislação Previdenciária, eles ainda não se enquadram nos conceitos de cessão de mão e obra ou empreitada, não estando, por todas essas razões, sujeitos à retenção dos 11% à Previdência Social;

- Páginas 94 a 97 do DADR - FOLHAS 2.697 A 2.700 SOL - SOLIDARIEDADE: correspondem ao período de 01.1997 a 12.1998, todos decadentes, nos termos da Súmula Vinculante nº 8.

Processo nº 35564.002760/2006-54
Acórdão n.º **2803-004.099**

S2-TE03
Fl. 2.828

- nova diligência para saneamento dos pontos controvertidos, especialmente quanto aos documentos apresentados nos autos;

- deferimento da sustentação oral quando do julgamento do recurso e a intimação pessoal do patrono para que possa exercer o seu direito a mais ampla defesa e ao contraditório.

A recorrente apresentou manifestação aos embargos de declaração alegando erro material sanável no valor retificado do lançamento, que não mudará o resultado do julgamento, assim sendo, deixou de se manifestar contra os pontos controvertidos.

É o relatório

Voto

Conselheiro Helton Carlos Praia de Lima, Relator

O Recurso voluntário é tempestivo, pressuposto de admissibilidade cumprido, passa-se ao exame das questões suscitadas.

Consta do DSD — Discriminativo Sintético de Débito, fls. 139/162 dos autos digitalizados, lançamento fiscal para as competências: 01/1996 a 01/2006. Consta recolhimento parcial prévio para as competências: 01/1996 a 02/2005, conforme Relatório De Documentos Apresentados – RDA, fls. 163/173.

DA DECADÊNCIA

A súmula vinculante do STF nº 08 traz:

“São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário”.

Com a decisão do Pretório Excelso, a questão passa a ser decidida com base nos artigos art. 150, § 4º e 173, ambos do Código Tributário Nacional – CTN. São os termos:

Art.150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

...

§ 4º - Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

(...)

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

A jurisprudência pátria já assentou que a aplicabilidade do art. 173, inciso I do CTN seria na hipótese de inexistência de pagamento antecipado ou na ocorrência de fraude ou dolo, conforme se transcreve.

*“Ementa: II. **Somente quando não há pagamento antecipado**, ou há prova de fraude, dolo ou simulação é que se aplica o disposto no art. 173, I, do CTN.” (STJ. REsp 395059/RS. Rel.: Min. Eliana Calmon. 2ª Turma. Decisão: 19/09/02. DJ de 21/10/02, p. 347.)*

...

“Ementa: Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, a fixação do termo a quo do prazo decadencial para a constituição do crédito deve considerar, em conjunto, os arts. 150, § 4º, e 173, I, do Código Tributário Nacional.

Na hipótese em exame, que cuida de lançamento por homologação (contribuição previdenciária) com pagamento antecipado, o prazo decadencial será de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador.

*.... **Somente quando não há pagamento antecipado**, ou há prova de fraude, dolo ou simulação é que se aplica o disposto no art. 173, I, do CTN.” (STJ. EREsp 278727/DF. Rel.: Min. Franciulli Netto. 1ª Seção. Decisão: 27/08/03. DJ de 28/10/03, p. 184.)*

De outro modo, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, quando ocorre pagamento antecipado inferior ao efetivamente devido, sem que o contribuinte tenha incorrido em fraude, dolo ou simulação, aplica-se o disposto no artigo 150, § 4º, do CTN, no caso, se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador.

Assim sendo, deve-se aplicar a regra do art. 150, § 4º do CTN. O lançamento fiscal se refere ao período 01/1996 a 01/2006, com ciência pelo contribuinte em 11/05/2006, fl. 469. A contar cinco anos anteriores a data da ciência do contribuinte estão decadentes as competências anteriores a 11/05/2001, ou seja, até a competência 04/2001, inclusive.

DO LANÇAMENTO FISCAL

Consta do relatório fiscal e da decisão recorrida (fls. 2626/2766), que:

- Levantamentos FP e FP1:

Constituem fatos geradores dos levantamentos as remunerações pagas aos segurados empregados e aos sócios (pró-labore), discriminadas nas folhas de pagamento, no período de 01/1996 a 01/2006.

Em relação aos resumos das folhas de pagamento e guias de recolhimentos juntadas, a fiscalização manifestou-se no sentido de que a recorrente não demonstrou em nenhuma competência qualquer discrepância ou erro quanto aos valores lançados e, também, não juntou todos os resumos e guias de todo o período levantado. Alguns resumos se encontram incompletos (ex: 12/2002) e outros não pertencem ao lançamento (ex: 12/2003).

Também foi verificado pela fiscalização que em comparação ao Discriminativo Analítico de Débito — DAD e com o RDA — Relatório de Documentos Apresentados que: a) o valor lançado na notificação como salário de contribuição corresponde exatamente aos valores constantes dos resumos das folhas de pagamento apresentados pela defesa, citando exemplos; b), também informa que todas as guias, sem exceção, foram aproveitadas no abatimento presente débito.

Quanto aos recolhimentos (fls. 635/651), efetuados *a posteriori*, e referente à compensação indevida, salienta que foram também verificados em comparação com o relatório RDA, e que também foram integralmente aproveitados na dedução do lançamento do presente débito.

Destarte, não procede o argumento do contribuinte de que a fiscalização não comprovou o valor a ser tributado. Os valores foram extraídos dos resumos das folhas de pagamento. Assim, não houve cerceamento de defesa. Quanto aos valores da ação Ordinária - Autos nº 1999.61.00.019714-0, compensados a título de Salário-Educação, até a competência de dezembro de 1996, o período está decadente e não será analisado.

- Levantamentos AU e AU1:

Débito referente a contribuição sobre remuneração de trabalhador autônomo, no período de 05.1996 a 07.2004, cujos valores de salário de contribuição foram extraídos dos valores contabilizados na rubrica contábil de nº 3.1.1.2.2.2.1 que conforme extratos do livro razão recebeu diferentes nomes a descrever: "Honorários Advocatícios ", "Manutenção das Instal/Maq/Móveis Utens. ", "Outras Assessorias e Consultorias" e "Segurança e Medicina do Trabalho ".

As competências até 04/2001 estão decadentes e não serão apreciados os argumentos.

Os autos foram baixados em diligência e a fiscalização emitiu o Relatório Suplementar, com ciência do contribuinte. As guias apresentadas, em comparação com o relatório RDA, foram as mesmas, integralmente aproveitadas na notificação, nada havendo a ser abatido do débito.

Quanto ao argumento do contribuinte de que não teria recebido com a NFLD, o Relatório Fiscal Original e o Relatório de Lançamentos, os autos foram baixados em diligência onde a fiscalização informou que em nenhum momento a defesa abordou o assunto e que fez menção a vários pontos exclusivamente contidos no Relatório fiscal, demonstrando total conhecimento da forma como foram efetuados os lançamentos constantes dos levantamentos.

Da análise da planilha elaborada pelo contribuinte e da documentação juntada, a fiscalização opinou pela retificação dos valores das bases de cálculo apuradas na notificação, vez que o contribuinte fez prova de alguns pagamentos efetuados a pessoas

jurídicas. Consta dos autos Quadro Comparativo do Salário Base Declarado pela Empresa e o Contido no DAD — Discriminativo Analítico de Débito — Código "AU" e "AU1", e a demonstração dos valores retificados.

Assim, não se subsistem os argumentos do contribuinte de que o levantamento não possui elementos suficientes para se identificar quais pagamentos ou lançamentos contábeis que serviram de base de cálculo. Não houve cerceamento de defesa. As guias de recolhimentos foram consideradas no levantamento fiscal.

- Levantamento DAL:

Em consulta ao sistema, verificou-se, através da emissão e análise do Anexo Diferença de Acréscimos Legais — DAL, fls. 2629/2633, que os valores lançados como diferença de acréscimos legais, por se referirem ao mês de pagamento e não à competência da guia, não correspondem às guias apresentadas e, foram efetivamente recolhidos em atraso, havendo diferença no cálculo dos acréscimos legais, revelando a procedência dos valores lançados no levantamento DAL.

Desse modo, comprova pela fiscalização que as guias apresentadas não foram quitadas no prazo regulamentar.

- Levantamentos LC e LC1:

Tratam de valores pagos a pessoas físicas que, segundo a fiscalização, prestavam serviço de natureza contínua, na atividade fim da empresa e sob subordinação, além de não estarem revestidos das formalidades de autônomos em razão da solicitação e não apresentação do respectivo registro na CORCESP, Inscrição na Prefeitura e na Previdência Social, conforme se comprova pela atividade fim da empresa que é a venda retalhista de combustíveis e óleos, e o pagamento de salários mensais e custeio das despesas de suas atividades de representação e venda.

Constituem-se de lançamentos efetuados em período anterior à implantação da GFIP (01.1996 a 11.998) e não declarados em GFIP (01.1999 a 04.2001).

A decisão recorrida votou pela improcedência do levantamento fiscal LC e LC1 em razão da ausência da exposição clara e precisa no relatório fiscal da caracterização da subordinação e da inexistência de documentos que provem sua existência, fl. 2750.

- Levantamentos ME e ME1:

Trata-se de contribuições incidentes sobre o valor das faturas de prestadoras de serviços de Assistência Médica em razão da cobertura dos benefícios não abranger todos os empregados da empresa, conforme faturas que concedem benefícios diferenciados aos empregados e também em razão dos descontos em folha de pagamento indicarem que o custeio da diferença é arcado pelos empregados beneficiados. As bases de cálculo foram extraídas dos valores contabilizados nas diversas contas de pagamento de faturas de assistência médica nos períodos de 01/1996 a 12/1998 (antes da GFIP) e no período de 01/1999 a 2004 (não declarado em GFIP).

A decisão recorrida votou pela improcedência dos levantamentos ME e ME1, vez que a fiscalização não logrou provar que a cobertura dos benefícios não abrangia a totalidade dos empregados da empresa, conforme mencionado no Relatório Fiscal, fls. 2753.

- Levantamento RT1:

Bases de cálculo referente à retenção de 11% (onze por cento) sobre fatura de prestação de serviço seja por cessão de mão de obra, ou mão de obra temporária ou por empreitada.

Os valores apurados foram levantados através da contabilidade da empresa e correspondem às Notas Fiscais emitidas pelas sociedades de representantes comerciais pessoas jurídicas a título de comissão sobre vendas realizadas no período de 02/1999 e 12/2004.

A decisão recorrida votou pela improcedência do levantamento RT1 (fl. 2756). Assim, pelos documentos juntados e pelas pesquisas efetuadas, demonstrou-se que as atividades desenvolvidas pelas empresas, cujos contratos foram apresentados, não são de promoção de vendas e eventos, mas sim de representação comercial, não se sujeitando, portanto, à retenção de onze por cento do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços.

- Levantamento RT2:

Bases de cálculo referentes à retenção de 11 % (onze por cento) sobre fatura de prestação de serviço seja por cessão de mão de obra, ou mão de obra temporária ou por empreitada.

Os valores apurados foram levantados através da contabilidade da empresa e correspondem a faturas de serviços contínuos de execução de obras de construção civil, obras de instalação de tanques de óleo e combustíveis, conservação e manutenção da frota de veículos (carros e caminhões) e conservação e manutenção de tanques de óleo e de combustíveis, no período de 02.1999 a 12.2004.

Os autos foram baixados em diligência que respondeu que o levantamento se refere a valores lançados a título de Trabalhos Diversos (RT2) no relatório DAD, compreendendo os demais trabalhos terceirizados, como se verifica do Relatório Fiscal e das cópias das 70 faturas exemplificativas dos serviços, contabilizado na rubrica 3.1.1.2.1.2.3.1 — Serviços de Terceiros — Manutenção e Conservação.

A contabilidade registra em rubrica genérica nomes de custos diferentes como trabalho temporário, serviços de terceiros — Manutenção e Conservação e outros itens de custo, conforme cópias de seus lançamentos contábeis.

Foram identificados os tipos de serviço (alínea "e" do inciso I do Relatório Fiscal e juntado cópias exemplificativas daqueles tipos de serviços, onde a rubrica contábil do plano de contas do contribuinte é genérica a vários custos.

A fiscalização salienta-se que os serviços prestados de execução de obras de construção civil, obras de instalação de tanques de óleo e combustíveis, conservação e manutenção da frota de veículos (carros e caminhões) e conservação e manutenção de tanques de óleo e de combustíveis estão previstos no artigo 219, § 2º do RPS, aprovado pelo Decreto

3.048/99 como: III- construção civil; XV- manutenção de instalações, de máquinas e de equipamentos; estando, portanto, sujeitos a prestação dos serviços à retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor dos serviços contidos em nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

Os serviços prestados de execução de obras de construção civil, obras de instalação de tanques de óleo e combustíveis, conservação e manutenção da frota de veículos (carros e caminhões) e conservação e manutenção de tanques de óleo e de combustíveis, todos constantes da contabilidade, rubrica 3.1.1.2.1.2.3.1 — Serviços de Terceiros — Manutenção e Conservação, foram também exemplificados pela juntada de cópias de diversas faturas aos autos, sendo incabível as alegações da defendente de que estaria impossibilitada de exercer sua defesa por não possuir os autos elementos suficientes para identificar quais tipos de serviços ou quais notas fiscais ou pagamentos serviram de base para o lançamento da exigência de retenção de 11% à Previdência.

Assim, a decisão recorrida entendeu ser cabível a apuração da retenção nos casos relacionados, conforme prescrito no artigo 219 e parágrafos do Decreto 3.048/99, votando pela procedência do levantamento RT2.

Como se pode notar dos autos, o levantamento RT2 estão discriminados e comprovados nos autos, não sendo procedente o argumento do contribuinte de que não a discriminação dos serviços e que estão registrados como "diversos" sem discriminação. Não houve cerceamento de defesa.

- Levantamento RT3:

Trata-se de lançamento da retenção dos 11% (onze por cento) sobre faturas de prestação de serviços prestados por empresas de trabalho temporário, no período de 02/1999 a 12/2004.

As bases de cálculo foram extraídas da contabilidade da empresa – rubricas 3.1.1.2.1.2.3.1 – Temporários e 3.1.1.2.2.2.1 – Temporários.

A empresa alegou que os serviços estão sujeitos à retenção de 11 %, e, portanto, teria efetuado todas as retenções e recolhimentos, e que tal fato não teria sido observado pela fiscalização.

Diante disto, foram os autos em diligência para a fiscalização que se manifestou pela retificação do lançamento de acordo com a tabela constante dos autos, abatendo as guias apresentadas e emitindo FORCEDs. Os valores retificados estão demonstrados nos autos (fls. 2758/2761).

- Levantamento RT4

Trata-se de levantamento referente à retenção de 11% sobre fatura de prestação de serviços de contabilidade executado sob regime de mão de obra temporária, cessão de mão de obra ou empreitada.

Os valores lançados foram extraídos da conta 3.1.1.2.2.2.1 – Serviços contábeis e Auditoria no período de 05.1999 a 12.2004 e exemplificado conforme cópias de faturas e notas fiscais em anexo.

A decisão recorrida considerou o levantamento RT4 improcedente, em razão da fiscalização não demonstrar no relatório fiscal e nas informações fiscais que a empresa contratada para a prestação de serviços de contabilidade prestava serviços de digitação e preparação de dados para processamento mediante cessão de mão de obra, empreitada ou trabalho temporário.

- Levantamento SOL:

Contribuição incidente sobre o valor do salário de contribuição (mão de obra) contida em fatura de prestação de serviços (com cessão de mão de obra temporária ou não) correspondente a 40% da fatura, em razão de não elisão da solidariedade, conforme previsto em lei (não apresentação de Guia específica da mão de obra cedida) — Art. 31, caput e § 2º ao 5º da Lei 8.212/91 com a redação anterior à dada pela Lei 9.711 de 20.11.1998 com vigência a partir de 02.1999 — Extraída das faturas em anexo dos anos de 1997 e 1998, fls. 272/351. Refere-se ao período de 01.1997 a 12.1998.

A decisão recorrida decidiu pela nulidade do Levantamento SOL pela falta de ciência das empresas prestadoras dos serviços interessadas no levantamento "SOL", ferindo o direito ao contraditório e a ampla defesa do contribuinte e dos responsáveis tributários. Assevera que deve ser observado posterior lançamento em outra notificação fiscal.

O período do lançamento está decadente.

Analisando o relatório fiscal, a decisão recorrida, os argumentos do contribuinte e os documentos constantes dos autos, entende-se que a decisão recorrida está correta na decisão e fundamentação, devendo ser excluído o período decadente do lançamento fiscal.

Procedidas as quatro diligências fiscais para esclarecimento do lançamento fiscal e análise dos documentos, considerando-os suficientes para o julgamento em epígrafe, entende-se que não há necessidade de nova diligência para saneamento dos pontos controvertidos e documentos já analisados, como quer o contribuinte.

Indefere-se o pedido de intimação na pessoa do patrono ou advogado, pois na atual fase do procedimento é feita por via postal, endereçada ao domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo, nos termos do Decreto 70.235, de 1972, art. 23, § 4º, com a redação que lhe foi dada pela Lei 11.196/2005.

Anunciado o julgamento do recurso voluntário em sessão pelo Presidente de Turma, é direito do contribuinte, se desejar, fazer sustentação oral logo após a leitura do relatório do processo, nos termos do art. 58, inciso II, da Portaria nº 256, de 22/06/2009 (Regimento Interno do CARF).

O crédito tributário encontra-se revestido das formalidades legais do art. 142 e § único, e arts. 97 e 114, todos do CTN, com período apurado, discriminação dos fatos geradores, a base de cálculo, o Discriminativo Analítico do Débito – DAD, a Instrução para o Contribuinte – IPC; os Fundamentos Legais do Débito – FLD, Relatório Fiscal, consoante artigo 33 da Lei 8.212/91 e demais dispositivos mencionados nos autos.

CONCLUSÃO:

Processo nº 35564.002760/2006-54
Acórdão n.º **2803-004.099**

S2-TE03
Fl. 2.836

Pelo exposto, voto por dar provimento parcial ao recurso voluntário para declarar a decadência do lançamento fiscal até a competência 04/2001, inclusive., pela regra do art. 150, § 4º do CTN.

(Assinado digitalmente)

Helton Carlos Praia de Lima